



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

DESPACHO N.º 293/2026 – DL/DECON/SEAP

Protocolo: 25.683.107-4

Assunto: Contratação Emergencial – Apoio Administrativo

Senhor Chefe de Departamento,

Trata-se de processo de Contratação direta, por dispensa de licitação, de acordo com o artigo 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, de **Registro de Preços**, por um período de 1 ano, improrrogável, para futura e eventual Contratação direta, em caráter emergencial, de empresa especializada na prestação de serviços continuados de **Apoio Administrativo**.

O presente processo é constituído de **lote único**, com valor total estimado em **R\$ 52.791.452,16 (Cinquenta e dois milhões setecentos e noventa e um mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos)**.

Conforme **INFORMAÇÃO N.º 224/2026 – DP/DECON/SEAP, mov. 158**, foram atendidas as ressalvas da **INFORMAÇÃO N.º 261/2026 – PRC/PGE, mov. 136**. E complementando coube a divisão de licitação realizar as seguintes justificativas/alte-
rações:

Apontamentos da PRC/PGE	Respostas e Justificativas
2.4. Da Fase Interna do Procedimento	
Em relação à comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (inciso V do art. 72), a razão da escolha do contratado (inciso VI do art. 72), a consulta prévia da relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado do Paraná (inciso III do art. 148) e as declarações exigidas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº	Os referidos requisitos serão observados após disputa eletrônica, momento em que poderá ser verificado em relação à empresa vencedora.



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

10.086/2022 ou em regulamentos específicos (inciso IV do art. 148), tem-se que deverão ser providenciados oportunamente considerando que a contratação em análise se dará mediante aviso de dispensa eletrônica.	
De todo modo, necessário verificar, quando da efetiva contratação, a vigência de todos os documentos e certidões e proceder a consulta ao CADIN Estadual, GMS e CEIS, assegurando, dessa forma, que, naquele momento, a Contratada encontra-se apta e desimpedida a contratar com a Administração Pública. <i>b) verificar, quando da efetiva contratação, a habilitação da contratada e proceder a consulta ao CADIN Estadual, GMS e CEIS;</i>	As consultas serão realizadas com a empresa vencedora antes da efetiva contratação.
É indispensável, outrossim, apresentar a autorização do ordenador de despesa (inciso II do art. 148), assim como a autorização da autoridade competente (inciso VIII do art. 72), conforme parágrafo único do art. 72.	Por tratar-se de registro de preços, a autorização do ordenador de despesas ocorrerá quando da efetiva contratação pela autoridade competente do órgão contratante. A autorização prevista no inciso VIII do art. 72 será providenciada vencida esta etapa.
Continuando, recomenda-se a retificação do item 12.2 do TR a fim de excluir a menção feita ao “item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão”, visto que inaplicável ao presente caso de contratação direta por dispensa de licitação.	Conforme Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.
2.7. Do Aviso de Dispensa Eletrônica e Anexos	
Ocorre que o item 7.5 do TR já dispõe que não se aplica o tratamento diferenciado para contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno, com base no art. 4º, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Desse modo, considerando o afastamento do tratamento privilegiado destinado às MEs e EPPs, recomenda-se a exclusão do item 3.8.2 da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica. <i>n) com relação à Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica, considerando o afastamento do tratamento privilegiado destinado às MEs e EPPs, recomenda-se a exclusão do item 3.8.2 da Minuta;</i>	Dispositivo suprimido.
No item 4.2.1, que trata dos lances, recomenda-se substituir a expressão “valor unitário por <u>linha</u> ” por “valor unitário por <u>item</u> ”, amoldando-se ao TR apresentado. <i>o) no item 4.2.1, que trata dos lances, substituir a expressão “valor unitário por <u>linha</u>” por “valor unitário por <u>item</u>”, amoldando-se ao TR apresentado;</i>	Realizada a correção.



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

<p>Embora já conste no item 7.7.2 que a atualização dos preços registrados será feita a partir dos critérios estabelecidos no item 13 - Repactuação, do Termo de Referência, nossa recomendação é para que o tópico seja complementado a fim de disciplinar efetivamente como ocorrerá a atualização dos preços registrados, indicando principalmente o termo inicial para a atualização dos custos relativos à mão de obra e dos custos decorrentes do mercado (data da proposta) e o período a ser considerado entre cada atualização (período mínimo de 12 meses).</p> <p>p) complementar o tópico 7 a fim de disciplinar efetivamente como ocorrerá a atualização dos preços registrados, indicando principalmente o termo inicial para a atualização dos custos relativos à mão de obra e dos custos decorrentes do mercado e o período a ser considerado entre cada atualização;</p>	<p>Em atenção à recomendação desta douta Procuradoria quanto ao detalhamento da disciplina de atualização de preços, pondera-se que a manutenção do texto original revela-se mais adequada à segurança jurídica do certame. A opção por não replicar tais regras exaustivamente no Aviso e nos anexos da Minuta da Ata de Registro de Preços (SRP) visa a mitigar o risco de redundâncias e, sobretudo, de eventuais omissões involuntárias de subtópicos essenciais durante a transposição das informações. Como a matéria já se encontra devidamente disciplinada no Termo de Referência, a manutenção do formato atual preserva a estrita consonância com a minuta da Ata SRP elaborada pelo DOS, garantindo a coesão de todo o conjunto editalício.</p>
<p>A atualização dos preços registrados decorre da garantia constitucional que assegura a manutenção do equilíbrio da equação econômico-financeira da proposta, <u>o que torna desaconselhável</u> a previsão de preclusão especificamente para o pedido de atualização da Ata de Registro de Preços neste caso específico de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra.</p> <p>A eventual desatualização do preço registrado (ante a perda do prazo pelo interessado, por exemplo) não constitui óbice para o pedido de repactuação do contrato que vier a ser firmado, de modo que a preclusão prevista no item 7.7.2.4 se revela infrutífera para o fim a que se destina, ou poderá ocasionar problemas na gestão dos contratos oriundos da ata de registro de preços. Por tal razão, recomenda-se que seja reavaliada a preclusão do pedido de atualização dos preços registrados prevista no item 7.7.2.4 da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica e, por consequência, nos Anexos que acompanham o documento.</p> <p>q) reavaliar a preclusão do pedido de atualização dos preços registrados prevista no item 7.7.2.4 da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica e demais anexos;</p>	<p>Readequada a redação, considerando a garantia constitucional de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da proposta.</p>
<p>A respeito do Anexo III, que trata da Minuta da Ata de Registro de Preços, especificamente em sua Cláusula Quinta, reiteramos a recomendação já lançada a respeito da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica, a fim de disciplinar efetivamente como ocorrerá a atualização dos preços registrados, indicando principalmente o termo inicial para a atualização dos custos</p>	<p>A opção por não replicar tais regras exaustivamente no Aviso e nos anexos da Minuta da Ata de Registro de Preços (SRP) visa a mitigar o risco de redundâncias e, sobretudo, de eventuais omissões involuntárias de subtópicos essenciais durante a transposição das</p>



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

<p>relativos à mão de obra e dos custos decorrentes do mercado e o período a ser considerado entre cada atualização.</p> <p><i>r) a respeito do Anexo III, que trata da Minuta da Ata de Registro de Preços, especificamente em sua Cláusula Quinta, reiteramos a recomendação já lançada a respeito da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica, a fim de disciplinar efetivamente como ocorrerá a atualização dos preços registrados, indicando principalmente o termo inicial para a atualização dos custos relativos à mão de obra e dos custos decorrentes do mercado e o período a ser considerado entre cada atualização;</i></p>	<p>informações. Como a matéria já se encontra devidamente disciplinada no Termo de Referência, a manutenção do formato atual preserva a estrita consonância com a minuta da Ata SRP elaborada pelo DOS, garantindo a coesão de todo o conjunto editalício.</p> <p>Adequada a redação do item 5.1.2.4, considerando a garantia constitucional de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da proposta</p>
<p>Quanto ao Anexo IV, que trata da Minuta do Contrato, registra-se que eventuais alterações promovidas no Termo de Referência deverão ser aqui reproduzidas, no que for pertinente, <u>especialmente quanto ao prazo de vigência do Contrato, que não será de 12 meses em todos os casos, e a complementação da Cláusula a respeito da Garantia, conforme detalhado no tópico anterior desta Informação.</u></p> <p><i>s) quanto ao Anexo IV, que trata da Minuta do Contrato, recomenda-se, de forma geral, sua adequação segundo as ponderações já realizadas em relação ao Termo de Referência, no que for comum a ambos, <u>especialmente quanto ao prazo de vigência do Contrato, que não será de 12 meses em todos os casos, e a complementação da Cláusula a respeito da Garantia, conforme alínea “i” desta Conclusão;</u></i></p>	<p>Conforme Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.</p>
<p>A respeito da cláusula 6, que dispõe sobre a execução e controle dos serviços, cabe à SEAP incluir nos itens 6.1 e 6.2 os prazos de recebimento provisório e definitivo já previstos no item 16 do TR.</p> <p><i>t) a respeito da cláusula 6, incluir nos itens 6.1 e 6.2 os prazos de recebimento provisório e definitivo já previstos no item 16 do TR;</i></p>	<p>Conforme Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.</p>
<p>Ainda, na cláusula 10, cabe a mesma recomendação lançada acerca do TR, no sentido de que o item 10.1.9 deverá ser retificado a fim de indicar previamente qual percentual será efetivamente exigido, em substituição à expressão “até 2%”.</p> <p><i>u) na cláusula 10, cabe a mesma recomendação lançada acerca do TR, no sentido de que o item 10.1.9 deverá ser retificado a fim de indicar previamente qual percentual será efetivamente exigido, em substituição à expressão “até 2%”;</i></p>	<p>Conforme Informação Técnica nº 212/2026 DGC/DOS/SEAP, mov. 154.</p>
<p>Por fim, consta no Anexo V a Planilha de Custos e Formação de Preços. Todavia, ao que tudo indica, este</p>	<p>Corrigido o referido Anexo.</p>



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Divisão de Licitação – DL

<p><u>anexo foi equivocadamente preenchido com o Mapa de Formação de Preços, quando, salvo engano, deveria apresentar a Planilha Individual de Custos constante no tópico 25 do TR.</u></p> <p>Assim, recomenda-se a correção do Anexo V a fim de suprimir a Planilha de Custos e Formação de Preços e apresentar, em substituição, a Planilha Individual de Custos constante no tópico 25 do TR.</p> <p><i>v) quanto ao Anexo V, suprimir a Planilha de Custos e Formação de Preços e apresentar, em substituição, a Planilha Individual de Custos constante no tópico 25 do TR;</i></p>	
<p>w) providenciar a autorização do ordenador de despesa (inciso II do art. 148 do Decreto Estadual de Licitações) e a da autoridade competente (inciso VIII do artigo 72 da NLLC).</p>	<p>Por tratar-se de registro de preços, a autorização do ordenador de despesas ocorrerá quando da efetiva contratação pela autoridade competente do órgão contratante. A autorização prevista no inciso VIII do art. 72 será providenciada vencida esta etapa.</p>

Tendo sido aprovado com ressalvas pela PRC/PGE e devidamente inseridas as justificativas e correções, solicitamos, se oportuno e conveniente, que o presente seja encaminhado a Sra. Secretária em exercício da SEAP, para a competente AUTORIZAÇÃO.

É o despacho.

Atenciosamente,

Jhonatan Fioravante

Agente de Contratação – SEAP/DECON/DL

Documento: **DESPACHO_293_2026_POS_PGDISPENSATERCEIRIZADOS.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Jhonatan Fioravante (XXX.153.989-XX)** em 28/05/2026 05:50 Local: SEAP/DECON/DL.

Inserido ao protocolo **25.683.107-4** por: **Jhonatan Fioravante** em: 28/05/2026 05:49.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: